

Relatório da Administração – 2023

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. ("Litoral Sul" ou "Sociedade") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis não foram revisados pelos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFPs, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Litoral Sul. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução: A Autopista Litoral Sul, uma das sete concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 356,9 quilômetros, trecho que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116 (km 71,1 a 115,2) a BR-376, (km 616,6 a 685,5) e a BR-101 (km 0 a 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul. O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Destaques

Tráfego Pedagiado: Em 2023, o tráfego pedagiado totalizou 153,6 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 6,0% superior aos 145 milhões registrados em 2022.

Receita de Pedágio: A receita de pedágio registrou R\$ 735,4 milhões em 2023, um aumento de 23% em relação à 2022, quando totalizou R\$ 596,1 milhões.

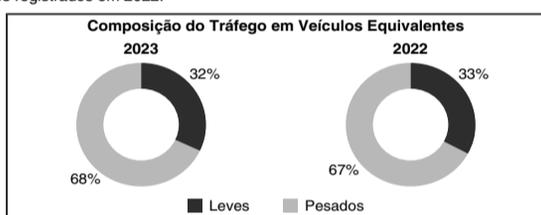
Investimentos: O total dos investimentos realizados ao longo de 2023 foi de R\$ 1.207 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 1.133 milhões realizados em 2022, perfazem o montante de R\$ 2.340 milhões realizados nos últimos dois anos de implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário.

Resultado Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	40.107	34.515	16,2%	153.686	144.990	6,0%

Em 2023, o tráfego pedagiado totalizou 153,7 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 6% superior aos 145 milhões registrados em 2022.



Tarifa Média

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Tarifa Média	4,90	4,14	18,3%	4,79	4,11	16,4%

O aumento de 18,3% entre os períodos comparados, ocorreu em função dos reajustes tarifários de reequilíbrio contratual, que foram aprovados pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e, entraram em vigor a partir de 26 de dezembro de 2022 e 04 de agosto de 2023.

Resultado Financeiro

Receita Operacional

R\$ mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receita Bruta	568.026	484.904	17,1%	2.031.753	1.611.897	26,0%
Receitas de pedágio	196.572	143.019	37,4%	735.401	596.053	23,4%
Receitas de Construção	369.972	334.689	10,5%	1.290.487	1.002.665	28,7%
Outras Receitas	1.482	7.196	(79,4%)	5.865	13.179	(55,5%)
Deduções	(17.190)	(12.987)	32,4%	(64.427)	(53.331)	20,8%
Receita Operacional Líquida	550.836	471.917	16,7%	1.967.326	1.558.566	26,2%

Receita de Pedágio: A receita de pedágio registrou R\$ 735,4 milhões em 2023, um aumento de 23,4% em relação à 2022, quando totalizou R\$ 596,1 milhões.

Receitas de Construção: A receita de obras registrou R\$ 1.290,5 milhões em 2023, contra R\$ 1.002,7 milhões registrada em 2022, representando uma variação de 28,7%. A variação é devido ao volume de obras realizadas em 2023, com destaque para as obras do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão, seguido das obras de Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia, Recuperação de Pavimentos e de Sinistros.

Outras Receitas: As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram o valor de R\$ 5,9 milhões em 2023, contra R\$ 13,2 milhões em 2022, o que representa uma redução de 55,5%.

Custos e Despesas

R\$ Mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	(1.150.056)	(454.567)	153,0%	(2.249.966)	(1.284.597)	75,1%

Os custos e despesas registrados na Autopista Litoral Sul tiveram um aumento de 75,1% em relação aos R\$ 1.284,6 milhões do 4T22, principalmente pelos custos incorridos pelos desembolsos gerados pela obra do Contorno de Florianópolis e por um registro de *impairment* no último trimestre de 2023. No comparativo trimestral, o valor registrado no 4T23 foi de R\$1.150,1 bilhão, aumento de 153,0% em relação aos R\$ 454,6 milhões de 2022, oriundos dos motivos citados anteriormente.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Resultado Líquido	(475.926)	(38.483)	1136,7%	(422.627)	3.988	(10697,5%)
(+) Depreciação e Amortização	49.415	44.695	10,6%	190.703	166.006	14,9%
(+) Resultado Financeiro	11.847	30.841	(61,6%)	110.427	108.813	1,5%
(+) IR e CSLL	(184.556)	(19.703)	836,7%	(161.143)	(4.836)	3232,2%
EBITDA¹	(599.220)	17.350	-3553,7%	(282.640)	273.971	(203,2%)
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>-331,3%</i>	<i>12,6%</i>	<i>-344 p.p.</i>	<i>-41,8%</i>	<i>49,3%</i>	<i>-91 p.p.</i>
(+) Provisão para Manut. de Rodovias	17.053	(7.351)	-332,0%	71.308	65.427	9,0%
(+) Provisão para Redução ao Valor Recuperável ³	722.423	65.009	1011,3%	722.423	65.009	1011,3%
EBITDA Ajustado³	140.256	75.008	87,0%	511.091	404.407	26,4%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>77,5%</i>	<i>54,7%</i>	<i>22,9 p.p.</i>	<i>75,5%</i>	<i>72,7%</i>	<i>2,8 p.p.</i>

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhia; ² A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras; ³ Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

No ano de 2023, o EBITDA totalizou um valor negativo de R\$ 282,6, frente ao saldo de R\$ 274,0 milhões em 2022. Essa diferença se dá pelo significativo aumento na conta de Provisão para redução ao Valor Recuperável, que no ano de 2023 contabilizou um saldo de R\$ 722,4 milhões. Essa provisão possui efeito não caixa, ou seja, não há impactos financeiros na companhia, tendo em vista que se trata de uma métrica puramente contábil. No comparativo trimestral, o EBITDA registrado pelo 4T23 foi negativo em R\$ 599,2, também impulsionado pela linha de *impairment*. No 4T22, o valor foi de R\$ 17,3 milhões. Com relação ao EBITDA Ajustado, o valor contabilizado para o ano de 2023 foi de R\$ 511,1 milhões, aumento de 26,4% em relação ao ano de 2022.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro registrado pela Autopista Litoral Sul para o ano de 2023 foi uma despesa financeira de R\$ 110,4 milhões, frente ao saldo de R\$ 108,8 milhões em 2022, resultando em um aumento percentual de 1,5%. No comparativo trimestral, e Companhia contabilizou o valor negativo de R\$ 11,8 milhões no 4T23, diminuição percentual de 61,6% em comparação ao mesmo período do ano subsequente.

Resultado Líquido: A Companhia registrou um prejuízo contábil de R\$ 422,6 milhões para o ano de 2023. Para o ano de 2022, foi registrado um lucro de R\$ 4,0 milhões. Esse resultado foi impactado diretamente pela linha de Provisão para Redução ao Valor Recuperável.

Endividamento

R\$ mil	4T23	4T22	Δ%
Dívida Bruta	2.180.042	2.085.380	4,5%
Curto Prazo	20.865	21.157	(1,4%)
Longo Prazo	2.159.177	2.064.223	4,6%
Posição de Caixa	56.054	364.460	-84,6%
Caixa e equivalentes de caixa	30.739	339.011	(90,9%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	25.315	25.449	(0,5%)
Dívida Líquida	2.123.988	1.720.920	23,4%

¹ Curto e Longo Prazo

O exercício de 2023 se encerra com um endividamento bruto de R\$ 2.180 milhões contra R\$ 2.085 milhões em 2022, uma variação de 4,5%. O endividamento líquido registrado pela Companhia foi de R\$ 2.124 milhões, um acréscimo de 23,4% em relação ao ano anterior, decorrente, sobretudo de uma caixa inferior, que foi dispendido para a realização de investimentos pela Companhia.

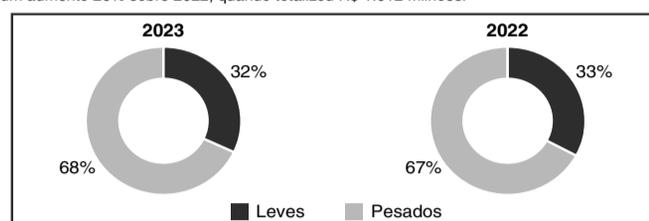
Investimentos Realizados

R\$ Mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	282.573	360.403	(21,6%)	1.206.763	1.133.381	6,5%

A Autopista Litoral Sul registrou, no ano de 2023, um valor total de investimentos de 1.206,8 milhões, aumento de 6,5% em comparação ao ano de 2022, que apresentou um saldo de R\$ 1.133,4 milhão. Os investimentos seguem consideráveis em cumprimento ao cronograma do contrato de Concessão, e principalmente investimentos relacionados a obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão.

Informações Adicionais Obrigatórias

Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Litoral Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em dezembro de 2022 a concessionária recebeu ofício com a 14ª Revisão Ordinária e 16ª Revisão Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 26 de dezembro de 2022, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$4,70 para R\$4,90 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2023, o tráfego pedagiado totalizou 154 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 6% superior aos 145 milhões registrados em 2022. A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 2.032 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento 26% sobre 2022, quando totalizou R\$ 1.612 milhões.



Investimentos

Foram desembolsados R\$ 282,6 milhões nos 4T23, uma redução de 21,6% comparado aos R\$ 360,4 milhões dos 4T22. Os investimentos seguem consideráveis em cumprimento ao cronograma do contrato de Concessão, e principalmente investimentos relacionados a obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão. Na comparação anual identificamos um aumento de 6,5% em 2023 vs 2022. O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras rodoviárias do país, foi iniciado em maio de 2014. Atualmente estão em andamento as obras ao longo de todos os trechos Norte, Intermediário e Sul, incluindo os 4 túneis duplos. No trecho Norte que faz interseção com a BR101, foram concluídas as atividades de terraplenagem, e iniciadas as atividades dos viadutos. No trecho Intermediário houve avanço significativo com a conclusão de 15km de pista dupla pavimentada, a conclusão dos trevos no Km193 e Km204, somando ao trevo do km 215+380 que já se encontrava em operação, 8 passagens de nível estão em andamento e 4 concluídas, além disto ocorreu o vazamento do túnel 4 e iniciada as atividades de pavimentação. As obras do trecho Sul, onde encontram-se os túneis 1, 2 e 3 que estão em andamento onde já ocorreu o vazamento dos túneis 1 e 3, havendo também a liberação de diversos segmentos de aterro que estavam em adensamento, permitindo a continuidade das obras. Neste segmento, importantes obras como as interseções com a BR-282 e BR-101, um viaduto no km 225+163 e 07 passagens de nível estão em andamento.

R\$ Mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	282.573	360.402	-21,6%	1.206.763	1.133.380	6,5%

Captações de Recursos: Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu no exercício de 2022, um total de R\$ 2 bilhões oriundos de recursos captados através da 10ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas em outubro, em duas séries, sendo a primeira série totalizando R\$ 1.754 milhões com vencimento final em outubro de 2031, remunerada pelo IPCA + 5,86% a.a., já a segunda série totaliza o valor de R\$ 246 milhões e vencimento final em outubro de 2028, remunerada pelo CDI + 1,55% a.a.

Valor Adicionado: Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de (R\$ 18,7) milhões. Em 2022, o valor adicionado foi de R\$ 508 milhões representando 31% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

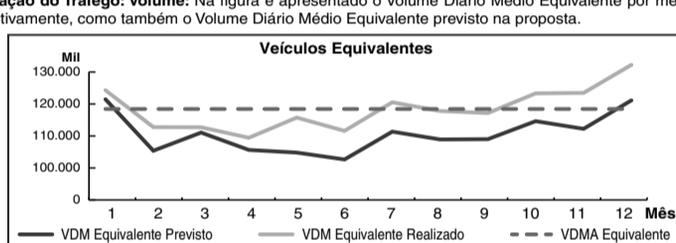
Planejamento Empresarial: O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total: Em 2023, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

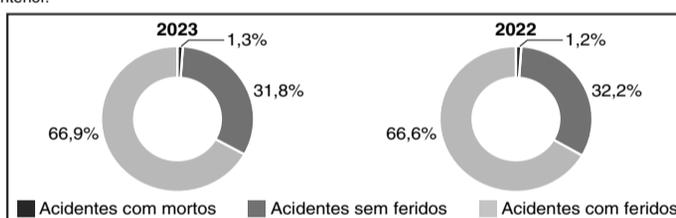
Recursos Humanos: Em 2023, a Concessionária investiu R\$0,1 milhão em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego: Volume: Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



b) Caracterização do Tráfego: Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



c) Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/356,96
Viatura de Inspeção	11	3,08
Guincho Leve	14	3,92
Guincho Pesado	6	1,68
Guincho PIPA	2	0,56
AC – Ambulância Stand	10	2,80
AD – Ambulância UTI	4	1,12
Balança Fixa	2	0,56
Caminhão Operacional	1	0,28
Mini pá carregadeira	2	0,56
Moto	2	0,56
Total de veículos operacionais	54	15,13
Administração	89	24,93
Operação de Tráfego (Líderes e Supervisores)	7	1,96
Picape	4	1,12
Segurança de trabalho	8	2,24
Manutenção	4	1,12
Total de veículos de apoio	112	31,38
Total de veículos	166	46,50

Funcionários Aloçados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
ANALISTA DE CCA JR	1	0,07
ANALISTA DE CCO JR	1	0,07
ANALISTA DE CCO PL	2	0,14
ANALISTA DE CCO SR	1	0,07
ANALISTA DE MANUTENCAO PL	4	0,28
APRENDIZ ADMINISTRATIVO	1	0,07
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	2	0,14
AUXILIAR DE TRÁFEGO	9	0,63
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	46	3,21
CONTROLADOR DE CCA I	9	0,63
COORDENADOR DE CCO	1	0,07
COORDENADOR DE OPERACAO	2	0,14
ENFERMEIRO	35	2,44
GERENTE DE OPERACOES	1	0,07
INSPETOR DE TRÁFEGO	57	3,98
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	4	0,28
MÉDICO	24	1,68
MOTORISTA II	1	0,07
OPERADOR DE BALANCA	30	2,09
OPERADOR DE CCO	41	2,86
OPERADOR DE GUINCHO	61	4,26
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	30	2,09
OPERADOR DE PIPA	9	0,63
SOCORRISTA	152	10,61

continua ...

... continuação do Relatório da Administração

Tipos de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
SUPERVISOR DE OPERACOES	5	0,35
TECNICO DE MANUTENCAO II	8	0,56
Total Tráfego	537	37,48
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	20	1,40
OPERADOR DE PEDAGIO	329	22,96
Total Arrecadação	349	24,36
TOTAL GERAL	886	61,84

d) **Aspectos Financeiros:** O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Receita		
Receita de pedágio	2023	Acumulado
Total	R\$ 2.031.753	R\$ 11.151.866
Investimentos		
Investimentos	2023	Acumulado
Total	R\$ 1.206.763	R\$ 6.879.345
Custos Operacionais		
Custos Operacionais	2023	Acumulado
Total	R\$ 1.669.278	R\$ 10.459.695

ISS Repassado		
ISS Repassado	2023	Acumulado
Total	R\$ 68.233	R\$ 440.105

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
São José dos Pinhais – P1	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45
Garuva – P2	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45
Araquari – P3	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45
Porto Belo – P4	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45
Palhoça – P5	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45

Concessionária em Números		
Dados anuais e por empresa	KM	
Quilômetros de rodovia	356,96	
Número de veículos que transitaram	Nº	
CAT-01	50.864.837	67%
CAT-02	4.579.494	6%
CAT-03	418.924	1%
CAT-04	4.318.883	6%
CAT-05	85.102	0%
CAT-06	3.787.084	5%
CAT-07	2.547.564	3%
CAT-08	7.663.663	10%
CAT-09	1.819.205	2%
TOTAL	76.084.756	100%

Número de praças de pedágios	Nome das praças de Pedágio
P1	São José dos Pinhais
P2	Garuva
P3	Araquari
P4	Porto Belo
P5	Palhoça

Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
BR 116/PR	71,1 – 115,20	44,1	88,2
BR 376/PR	614,0 – 682,18	68,18	136,36
BR 101/SC	0 – 244,68	244,68	489,36
Total		356,96	713,92

Mês	Média diária	%
Jan	447.378	9%
Fev	419.409	8%
Mar	423.633	8%
Abr	396.993	8%
Mai	396.493	8%
Jun	392.901	8%
Jul	420.128	8%
Ago	417.774	8%
Set	429.041	8%
Out	411.965	8%
Nov	445.626	9%
Dez	450.568	9%
Total	5.051.910	100%

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	420.992
---	---------

Áreas		
Administrativo	18	
Jurídico	0	
Comunicação	0	
Responsabilidade Social	6	
Meio Ambiente	0	
Conservação (engenharia)	25	
Arrecadação	268	
CCO	27	
Pavimentação (engenharia)	55	
Obras (engenharia)	37	
Projetos (engenharia)	0	
Manutenção Tecnológica (rodovia)	0	
Faixa de Domínio	1	
Segurança do Trabalho	43	
Tráfego	295	

BR-101/SC – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	92,2%	7,8%

BR-101/SC Paulo Lopes – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	90,2%	9,8%

BR-116/PR- Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	75,1%	24,9%

BR-376/PR – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	81,2%	18,8%

Receita de pedágio	R\$ 735.401
--------------------	-------------

Custos associados às receitas de pedágio	1.669.278
--	-----------

Fator Trabalho	2023	2022
Número de Trabalhadores	775	792
Despesa de Pessoal	56.646	52.408

Fator Capital	2023	2022
Despesas de Depreciação	Método linear	
Ativo Líquido	30.739	364.460
Ativo Bruto	6.812.434	5.731.423
Série Histórica dos Investimentos	6.879.345	5.672.582
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	

Fatores Intermediários	2023	2022
Despesas em Administração	28.719	20.598
Despesas em Manutenção	2.516	2.244
Outras Despesas	–	–

Tipos de Acidentes	2023	2022
Com danos materiais	5.714	5.789
Com vítimas feridas	2.717	2.795
Com vítimas fatais	114	102

Indicadores	2023	2022
Receita por KM	5.692	4.516
Custo por KM	4.676	3.773

Balço Social						
Balço Social	2023			2022		
	Valor	% FPB	% RL	Valor	% FPB	% RL
1 – Base de cálculo						
Faturamento Bruto	2.031.753			1.611.897		
Receita líquida (RL)	1.967.326			1.558.566		
Resultado operacional (RO)	-583.770			-848		
Folha de pagamento bruta (FPB)	26.832			28.835		
Folha de pagamento bruta – total remunerações	26.832			28.835		
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		

2 – Indicadores sociais internos						
Alimentação	4.965	19%	0%	4.661	18%	0%
Encargos Sociais	10.195	38%	1%	9.988	39%	1%
Previdência privada	363	1%	0%	325	1%	0%
Saúde	3.833	14%	0%	3.620	14%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	349	1%	0%	514	2%	0%
Educação	29	0%	0%	13	0%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	112	0%	0%	116	0%	0%
Creches ou auxílio creche	443	2%	0%	406	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	3.055	11%	0%	2.669	10%	0%
Outros	312	1%	1%	302	1%	1%
Total – Indicadores sociais internos	23.656	88%	1%	22.615	88%	1%

3 – Indicadores sociais externos						
Educação	169	1%	0%	121	0%	0%
Cultura	729	3%	0%	465	2%	0%
Saúde e saneamento	277	1%	0%	61	0%	0%
Esporte	364	1%	0%	129	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	–	0%	0%	3	0%	0%
Outros	25	0%	0%	–	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	1.564	6%	0%	779	3%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	63.812	238%	3%	52.001	201%	3%
Total – Indicadores sociais externos	65.376	244%	3%	52.780	204%	3%

4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	862	3%	0%	553	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	4.477	17%	0%	–	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	5.338	20%	0%	553	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas	(X) Não possui metas	() Cumprir de 0 a 50%	() Cumprir de 0 a 50%	() Cumprir de 50 a 75%	() Cumprir de 75 a 100%
	() Cumprir de 0 a 50%	() Cumprir de 50 a 75%	(X) Cumprir de 75 a 100%	() Cumprir de 75 a 100%		

5 – Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	775	792
Tempo de serviço até seis meses	13%	15%
Tempo de serviço de seis meses a um ano	9%	13%
Tempo de serviço entre um e dois anos	18%	17%
Tempo de serviço entre dois e cinco anos	35%	25%
Tempo de serviço mais de cinco anos	22%	30%
Nº de admissões durante o período	232	285
Nº de demissões durante o período	260	285
Nº de colaboradores terceirizados	1.203	1.819
Nº de estagiários (as)	3	2
Nº de colaboradores com até 18 anos	12	7
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	132	158
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	509	517
Nº de colaboradores acima de 45 anos	122	110
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	379	364
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,26%	0,27%
Remuneração paga a mulheres no período	12.311	11.351
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	11	13
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	21	22
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	65.353	113.281
Total de horas extras pagas (valor)	1.582	2.331
Total de INSS pagos	11.951	15.981
Total de FGTS pago	2.568	3.427
Total de Contribuição Sindical paga	–	–
Total dos demais encargos sociais pagos	–	–
Total de IRRF recolhido no período	4.885	4.911
Total de ICMS recolhidos no período	–	–
Total de IRPJ recolhido no período	11.997	2.778
Total de CSLL recolhido do período	7.531	3.941
Total de PIS recolhidos no período	4.695	3.984
Total de COFINS recolhidos no período	21.670	18.386
Total de outros tributos recolhidos no período	36.277	30.822

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	37,9	38,2
Número total de acidentes de trabalho	6	7
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Direção e gerenciais	Direção e gerenciais
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	Todos + CIPA	Todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	Segue as normas da OIT	Segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	Todos os colaboradores	Todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	Todos os colaboradores	Todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	São exigidos	São exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	Organiza e Incentiva	Organiza e Incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	50% no Procon 10% na Justiça	0% no Procon 4% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	6.211	570.453
Distribuição do Valor Adicionado – Governo	-1553%	8%
Distribuição do Valor Adicionado – Acionistas	-3415%	36%
Distribuição do Valor Adicionado – Colaboradores	912%	9%
Distribuição do Valor Adicionado – Terceiros	4156%	46%
Distribuição do Valor Adicionado – Retidos	0%	0%

Demais Assuntos
Sustentabilidade: A sustentabilidade é um dos orientadores estratégicos da Arteris que fundamenta as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança relevantes e potenciais de nossa atuação, que se desdobram em nossa Agenda ESG (Ambiental, Social e Governança). A Agenda ESG da Arteris agrega indicadores, iniciativas e metas, algumas definidas e outras em construção, divididos em três eixos estratégicos, que orientam a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado, são eles: Ecoeficiência, Segurança e Qualidade, Governança, Transparência e *Accountability*. A criação da Agenda ESG formaliza a postura e o alinhamento da Arteris com as melhores referências de governança e da agenda de sustentabilidade internacional, como *Global Reporting Initiative* (GRI), Taxonomia Europeia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A evolução das iniciativas é acompanhada periodicamente pelo Comitê ESG, conforme governança estabelecida. Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2023, com a implantação de iniciativas que concretizam o caminho para uma atuação sustentável. Reduzir a pegada de carbono, aumentar o consumo de energia renovável, inovar com base na economia circular da cadeia de valor. Essas foram as principais metas traçadas pela Arteris no eixo de Ecoeficiência. A busca pela descarbonização foi prioridade na Agenda ESG, que avançou em estudos e projetos-piloto para reduzir as emissões atmosféricas, seguindo o plano de descarbonização feito a partir do diagnóstico das emissões de gases de efeito estufa emitidas pelas nossas atividades. Projetos estratégicos tiveram a implantação concluída como a substituição de 10 mil lâmpadas tradicionais por LED, gerando economia de energia e de custos, além do menor impacto ambiental no descarte, e implantação de painéis solares em localidades estratégicas. Tem-se ainda no plano de descarbonização o fomento ao consumo de combustíveis renováveis, além da aquisição de quinhentos milímetros elétricos para prestar apoio aos usuários na Arteris Intervias. Na conservação da biodiversidade temos a Arteris Fluminense como destaque com o monitoramento das 17 passagens de fauna superiores, 9 passagens inferiores, 10 estruturas aéreas e 30 km de cercas que funcionam como corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzindo o isolamento geográfico e trazendo proteção para a fauna silvestre. Até dezembro de 2023, esse monitoramento registrou 3.470 travessias de animais, 40 espécies usando as estruturas, 3 espécies ameaçadas de extinção beneficiadas, como o mico-leão-dourado, 128 espécies mapeadas nas proximidades das estruturas e uma redução de 27% no número de animais atropelados por carros em 6 meses de projeto. Atualmente, a Arteris possui 220 passagens seguras para a vida selvagem em todas as suas concessões. Desde o início de suas operações, a empresa já plantou mais de 2,5 milhões de mudas nativas, o equivalente a 1.553 hectares de áreas reforestadas. Os plantios são feitos como compensação ambiental pelas obras ou intervenções realizadas pela empresa e são planejados para maximizar os efeitos positivos em relação aos serviços ecossistêmicos, como, por exemplo, priorizar a seleção de áreas ao longo das margens dos rios (Áreas de Preservação Permanente – APPs), ampliar a área de vida silvestre e os corredores ecológicos. Em 2023, a Arteris certificou suas concessões Planalto Sul, Intervias e Fernão Dias com a ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental. Essa certificação garante que o sistema de gestão ambiental atende às normas ISO 14.001 e aumenta nossa maturidade no tema, além de ser útil como ferramenta de transparência para nossos stakeholders. Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e fatalidades. Como por exemplo temos as três áreas de escape de emergência que objetivam mitigar e

Arteris

Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

intangível conforme nota explicativa nº 11. **Termos de Ajustes de Conduta – TAC com ANTT:** A Sociedade informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta – “TAC”, a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes. A Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade não espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis futuras. Atualmente o Ministério dos Transportes sinalizou a possibilidade de repactuação do contrato de concessão, qual a Sociedade entende como positiva a oportunidade de repactuação, com potencial de promover investimentos. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a estes temas.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) **Julgamentos:** **Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. (ii) **Estimativas:** **Determinação das receitas de construção:** De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Sociedade reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (Impairment): Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Políticas Contábeis Materiais – Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: A Sociedade adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. ii) Imposto mínimo complementar global: A Sociedade adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Sociedade opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. iii) Informação de políticas contábeis materiais: A Sociedade também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, ao invés de “significativas”.

As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 4. Políticas contábeis materiais (2022): Principais práticas contábeis em determinados casos, de acordo com as alterações. A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Sociedade avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento. Portanto é, ou contém um arrendamento, quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária:** Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo:** A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômi-

cos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquida de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A Sociedade determinou que o imposto mínimo complementar global – que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois – é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Sociedade aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para investimentos:** Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhe-

continua ...

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal Tribuna do Paraná



Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

cidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15. Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures e BNDES. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos conforme diretrizes de passivos financeiros, sendo seus custos de transações incorridos deduzidos do principal e suas atualizações de juros conforme taxas estipuladas em cada contrato de acordo com o mencionado em notas explicativas correlatas. As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo. **4.17. Capital Social:** O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.18. Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio:** As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos da Sociedade. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 19. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 19. **4.19. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas Demonstrações Contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20. Contas a pagar:** O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis. a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26): As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, a Sociedade tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Sociedade liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Sociedade está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações contábeis a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. A Sociedade não espera que ocorra impactos significativos. c) Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade, conforme mencionado (b), identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas estimadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2023. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária. **7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social:** A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(583.770)	(848)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	198.482	288
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	2.400	4.874
Outras diferenças permanentes	242	(326)
Total	201.124	4.836
Impostos diferidos não constituídos	39.981	–
Imposto contabilizado	161.143	4.836
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(40.826)	(16.313)
Diferido	201.969	21.149
	161.143	4.836
	(28%)	(570%)

Alíquota efetiva de impostos
b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**
Saldos patrimoniais estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	312.603	401.266
Alíquota nominal	34%	34%
Total	376.245	136.430
Diferenças temporárias passivas		
Estorno de capitalização de juros	(114.283)	(114.281)
Estorno de capitalização de juros	56.442	50.152
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(42)	(36)
Total	(57.775)	(64.057)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(19.644)	(21.779)
Total do imposto de renda e contribuição social	356.601	114.651
Impostos diferidos não constituídos	39.981	–
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	316.620	114.651

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	(51.564)	(20.565)
Provisão de participação nos lucros	(38)	1.305
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	12.014	4.253
Outras provisões	(1.023)	(281)
Provisão para manutenção de rodovias	24.848	3.157
Amortização acumulada de obras futuras	1.796	1.689
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.975	1.281
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	–	27
Arrendamentos	1.033	45
Valor Recuperável de Intangível – <i>Impairment</i>	716.029	65.009
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	267	–
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(2)	–
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	6.290	6.291
Amortização estorno de capitalização de juros	(6)	(7)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	711.619	62.204
Alíquota nominal	34%	34%
Total	241.950	21.149
Impostos diferidos não constituídos	39.981	–
Total do imposto de renda e contribuição social	201.969	21.149

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido. O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. Aplicações Financeiras Vinculadas – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações: **Debêntures:** A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$25.315 (R\$25.449 em 31 de dezembro de 2022), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,70% a.a. (104,97% a.a. em 31 de dezembro de 2022) da variação do CDI.

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2022	18.722	2.606	1.232	11.048	–	2.255	35.863
Remensurações	1.163	46	38	6.966	1	912	9.126
Adições/Reversões	–	–	–	–	22	–	22
Transferências/reclassificações	–	–	–	(57)	–	–	–57
Saldo em 31/12/2023	19.885	2.652	1.270	17.957	23	3.224	45.011
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(7.741)	(540)	(187)	(2.185)	–	(453)	(11.106)
Amortização	(4.178)	(1.480)	(231)	(11.981)	(17)	(266)	(18.153)
Saldo em 31/12/2023	(11.919)	(2.020)	(418)	(14.166)	(17)	(719)	(29.259)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2022	10.981	2.066	1.045	8.863	–	1.802	24.757
Saldo em 31/12/2023	7.966	632	852	3.791	6	2.505	15.752
Taxas de amortização – a.a.	21%	56%	18%	67%	74%	8%	
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2021	18.366	3.552	863	240	157	415	23.593
Remensurações	356	394	1.045	3.613	–	1.840	7.248
Adições	–	2.211	–	7.378	–	–	9.589
Baixas	–	(3.551)	(676)	(183)	(157)	–	(4.567)
Saldo em 31/12/2022	18.722	2.606	1.232	11.048	–	2.255	35.863
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(3.803)	(2.903)	(658)	(89)	(32)	(268)	(7.753)
Amortização	(3.938)	(1.189)	(205)	(2.279)	12	(185)	(7.784)
Baixas	–	3.552	676	183	20	–	4.431
Saldo em 31/12/2022	(7.741)	(540)	(187)	(2.185)	–	(453)	(11.106)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2021	14.563	649	205	151	125	147	15.840
Saldo em 31/12/2022	10.981	2.066	1.045	8.863	–	1.802	24.752
Taxas de amortização – a.a.	20%	54%	50%	60%	7%	8%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia; (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar; (c) Refere-se a locação de veículos administrativos; (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias; (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras; (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

10. Imobilizado em Operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (*)	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31/12/2022	9.052	6.236	1.773	342	3.013	329	1.172	21.917
Adições	66	612	486	63	115	–	478	1.820
Transferências/reclassificações (*)	1.650	–	–	–	–	–	(1.650)	–
Saldo em 31/12/2023	10.768	6.848	2.259	405	3.128	329	–	23.737
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2022	(1.668)	(2.827)	(917)	(360)	(1.681)	(241)	–	(7.694)
Depreciação	(889)	(1.079)	(203)	(36)	(224)	–	–	(2.431)
Saldo em 31/12/2023	(2.557)	(3.906)	(1.120)	(396)	(1.905)	(241)	–	(10.125)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2022	7.384	3.409	856	(18)	1.332	88	1.172	14.223
Saldo em 31/12/2023	8.211	2.942	1.139	9	1.223	88	–	13.612
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (*)	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31/12/2021	1.142	4.457	836	330	4.002	329	8.034	19.130
Adições	76	1.735	875	12	39	–	873	3.610
Transferências/reclassificações	7.834	96	530	–	(1.012)	–	(7.735)	(287)
Saldo em 31/12/2022	9.052	6.236	1.773	342	3.013	329	–	21.917
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2021	(962)	(2.027)	(768)	(320)	(1.471)	(241)	–	(5.789)
Depreciação	(706)	(851)	(184)	(40)	(226)	–	–	(2.007)
Alienações/baixas	–	51	35	–	16	–	–	102
Saldo em 31/12/2022	(1.668)	(2.827)	(917)	(360)	(1.681)	(241)	–	(7.694)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2021	180	2.430	68	10	2.531	88	8.034	13.341
Saldo em 31/12/2022	7.384	3.409	856	(18)	1.332	88	1.172	14.223
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

(*) Imobilizado em andamento, referiu-se a obras e serviços em andamento da Regional Sul, onde está localizada a nova sede da Sociedade. Obras concluídas em 2023, ocorrendo a mobilização total do Centro de Controle Operacional – CCO.

continua ...

Arteris

Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

Custo do intangível	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)		Software	Adiantamento fornecedores (b)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
	Saldo em 31/12/2022	2.508.006	10.732	107.960	2.626.698	3.389.265	6.015.963
Adições	135.048	1.642	10.714	147.404	1.391.027	1.538.431	
Transferências/reclassificações (b)	77.454	–	(98.169)	(20.715)	20.715	–	
Redução ao valor recuperável (d)	(722.423)	–	–	(722.423)	–	(722.423)	
Saldo em 31/12/2023	1.998.085	12.374	20.505	2.030.964	4.801.007	6.831.971	
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(900.645)	(8.088)	–	(908.733)	–	(908.733)	
Amortização	(175.412)	(1.101)	–	(176.513)	–	(176.513)	
Redução ao valor recuperável (d)	6.394	–	–	6.394	–	6.394	
Saldo em 31/12/2023	(1.069.663)	(9.189)	–	(1.078.852)	–	(1.078.852)	
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2022	1.607.361	2.644	107.960	1.717.965	3.389.265	5.107.230	
Saldo em 31/12/2023	928.422	3.185	20.505	952.112	4.801.007	5.753.119	
Taxas de amortização – a.a. (e)	6%	20%					

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Os adiantamentos referem-se majoritariamente as obras do Contorno de Florianópolis e a expectativa é que sejam realizados até a conclusão da obra. (c) Infraestruturas em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. Sendo como principal natureza a construção do Contorno de Florianópolis. (d) Amortização da recuperabilidade de ativos (*Impairment*). (e) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade completou o montante de R\$333.810 (R\$295.484 em 31 de dezembro de 2022) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2023 foi de 1,86% a.a. e em 2022 8,22% a.a., do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa nº 12. **Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*):** A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2023 de acordo com os requisitos do CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2023 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 3,8% em 2024, 3,64% em 2025 e 3,57% de 2026 até 2033. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC Di) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,75% em 31 de dezembro de 2023 (8,83% em 31 de dezembro de 2022). A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de um complemento da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$722.423 em 31 de dezembro de 2023 (R\$65.009 em 31 de dezembro de 2022). Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

12. Debêntures – A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade – Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
				Circulante	Total	Circulante	Total
10ª emissão – 1ª série	1.754.020	IPCA+5,86% a.a.	out-31	1.990.831	1.903.558	–	–
10ª emissão – 2ª série	245.980	CDI+1,55% a.a.	out-28	252.553	253.364	252.553	253.364
				2.243.384	2.156.922		
			Custo de transação	(63.342)	(71.542)		
			Total	2.180.042	2.085.380		
			Circulante	20.865	21.157		
			Não circulante	2.159.177	2.064.223		
			Total	2.180.042	2.085.380		

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	29.603	2.127.319	2.156.922	–	2.045.050	2.045.050
Juros e variações monetárias provisionados	146.893	86.698	233.591	129.733	110.598	240.331
Pagamento de juros	(147.129)	–	(147.129)	(128.459)	–	(128.459)
Transferências	–	–	–	28.329	(28.329)	–
	29.367	2.214.017	2.243.384	29.603	2.127.319	2.156.922
Custo de transação	(8.502)	(54.840)	(63.342)	(8.446)	(63.096)	(71.542)
Saldo final	20.865	2.159.177	2.180.042	21.157	2.064.223	2.085.380

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e as datas das efetivas integralizações conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor integralizado		Valor subscrito
			unitário	data	
10ª emissão 1ª série	15/10/2021	1.754.020	1.000	11/11/2021	1.754.020
10ª emissão 2ª série	15/10/2021	245.980	1.000	11/11/2021	245.980
		2.000.000			2.000.000

Em as parcelas brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento		Valor
2025		71.016
2026		163.308
2027		359.435
2028		457.914
Após 2028		1.162.344
		2.214.017

Em 22 de outubro de 2021 foi aprovada a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirográfrica da concessionária Litoral Sul no valor de R\$2.000.000. A 1ª série com emissão em novembro de 2021 no valor de R\$ 1.754.020, será remunerada através de IPCA + 5,86% a.a. com vencimento em outubro de 2031 e a 2ª série no valor de R\$ 245.980 com vencimento em outubro de 2028, será remunerada pelo CDI + 1,55% a.a. As debêntures da 10ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris. As escrituras de emissão da 10ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo: Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal das obrigações mútuos quando: (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento); (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, o qual será acompanhado

Custo do intangível	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)		Software	Adiantamento fornecedores (b)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
	Saldo em 31/12/2021	2.342.740	9.438	44.210	2.396.388	2.318.758	4.715.146
Adições	136.737	1.294	139.923	277.954	1.087.969	1.365.923	
Transferências/reclassificações (b)	93.538	–	(75.789)	17.749	17.749	287	
Alienções/baixas	–	–	(384)	(384)	–	(384)	
Redução ao valor recuperável (d)	(65.009)	–	–	(65.009)	–	(65.009)	
Saldo em 31/12/2022	2.508.006	10.732	107.960	2.626.698	3.389.265	6.015.963	
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(745.150)	(7.368)	–	(752.518)	–	(752.518)	
Amortização	(155.495)	(720)	–	(156.215)	–	(156.215)	
Saldo em 31/12/2022	(900.645)	(8.088)	–	(908.733)	–	(908.733)	
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2021	1.597.590	2.070	44.210	1.643.870	2.318.758	3.962.628	
Saldo em 31/12/2022	1.607.361	2.644	107.960	1.717.965	3.389.265	5.107.230	
Taxas de amortização – a.a. (e)	6%	20%					

trimestralmente, for inferior a 1,2, não estiver sendo cumprido, ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. O ICSD será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde: (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.

Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5 – entre 2021-2023

4,0 – em 2024

3,5 – em 2025

3,0 – em 2026

2,5 – em 2027

2,0 – entre 2028-2029

1,0 – entre 2030-2031

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. Fornecedores, Adiantamento a Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2023, o saldo no passivo circulante de R\$134.023 (R\$98.100 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$39.721 (R\$23.707 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. O saldo de R\$20.538 refere-se a adiantamento registrado no ativo realizável a longo prazo como parte do contrato da obra do contorno de Florianópolis com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. realizado em 19 de junho de 2023. Conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de julho de 2023 a Litoral Sul rescindiu o contrato de prestação de serviços com a referida empresa. Embora o adiantamento tenha sido realizado para aplicação em obras, devido a rescisão de contrato, o adiantamento foi classificado como contas a receber, uma vez que tal valor não se converterá em serviços prestados. Ao mesmo tempo, a Sociedade acionou suas garantias de contrato da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. de forma garantir o recebimento do adiantamento realizado ao prestador de serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Não Circulante	Circulante	Total	Não Circulante	Circulante	Total
Saldo inicial	14.840	10.969	25.809	4.968	11.879	16.847
Remensurações	429	8.697	9.126	4.570	2.678	7.248
Adições	7.053	(7.030)	23	8.581	1.008	9.589
Utilizações (*)	(19.153)	–	(19.153)	(9.690)	–	(9.690)
Ajuste a valor presente – AVP	2.034	–	2.034	1.815	–	1.815
Transferências	5.630	(5.630)	–	4.596	(4.596)	–
	10.833	7.006	17.839	14.840	10.969	25.809

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$17.607 (R\$8.147 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento		Valor
2025		1.331
2026		4.509
2027		290
2028		290
Após 2028		586
		7.006

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são respectivamente R\$316 e R\$1.456 para PIS e COFINS (R\$163 e R\$750, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a taxa média é de 10,97% a.a. (10,32% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

15. Transações com Partes Relacionadas – As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro. Os saldos patrimoniais e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Arteris S.A. – controladora (a)	60	–
Intervias S.A. (a)	–	5
Planalto Sul S.A. (a)	861	861
Régis Bittencourt S.A. (a)	2.241	2.289
ViaPaulista S.A. (a)	–	5
Contas a receber de partes relacionadas circulante	3.162	3.160
Total parte relacionada no ativo circulante	3.162	3.160

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (a)	8.419	6.434
Passivos com partes relacionadas circulante	8.419	6.434
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A. – controladora	31.711	25.711
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	31.711	25.711
Total do passivo circulante	40.130	32.145
Passivo não circulante	31/12/2023	31/12/2022
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (b)	–	755.620
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (c)	979.190	869.343
Empréstimos partes relacionadas não circulante	979.190	1.624.963
Total do passivo não circulante	979.190	1.624.963

Saldo inicial	31/12/2023		31/12/2022	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Juros provisionados	1.624.963	1.624.963	–	1.552.156
Amortização/Recebimento de principal	210.531	210.531	–	203.308
Pagamento/Recebimento de juros	–	–	(77.735)	–
Imposto de renda retido na fonte	(31.580)	(31.580)	–	(30.501)
Transferências	–	–	100.000	(100.000)
Integralização de Capital Social	(824.724)	(824.724)	–	–
Saldo final	979.190	979.190	–	1.624.963

Contas de Resultado:

	31/12/2023	31/12/2022
--	------------	------------

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações Fiscais, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda – IRPJ	10.581	–	10.581	–	–	–
Contribuição social – CSLL	4.531	–	4.531	1.018	–	1.018
	15.112	–	15.112	1.018	–	1.018
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	137	56.249	56.386	1.561	36.864	38.425
Programa de integração social – PIS	448	–	448	331	–	331
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	2.066	–	2.066	1.527	–	1.527
Tributos federais retidos	3.529	–	3.529	2.617	–	2.617
	6.180	56.249	62.429	6.036	36.864	42.900
Impostos sobre serviços – ISS	6.067	–	6.067	4.424	–	4.424
Total obrigações fiscais	12.247	56.249	68.496	10.460	36.864	47.324
Total	27.359	56.249	83.608	11.478	36.864	48.342

18. Provisões – a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é conforme segue:

31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Cíveis	5.266	20.225	(5.362)	(5.421)	110
Trabalhistas	403	928	(200)	(733)	83
Regulatório	11.903	–	–	–	2.384
Total	17.572	21.153	(5.562)	(6.154)	2.577

30/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	2.105	8.586	(2.078)	(4.530)	1.183
Trabalhistas	368	712	(223)	(461)	7
Regulatório	10.846	1.053	–	–	4
Total	13.319	10.351	(2.301)	(4.991)	1.194

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda

foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R\$14.287 e R\$11.903, respectivamente. A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos internos da Sociedade e que em 31 de dezembro de 2023 sumarizam o montante de R\$23.594 (R\$22.542 em 31 de dezembro de 2022). Os processos cíveis foram impactados principalmente por uma adição de R\$12.322 referente ao processo de polo ativo qual recursa o ressarcimento de valores gastos com a recuperação de 132 pontos sinistrados em razão das fortes chuvas ocorridas em 2008. Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Possíveis		
Cíveis	9.730	108.806
Trabalhistas	704	849
Ambiental	3.451	3.327
Regulatório	23.594	22.542
Fiscal	7.139	6.301
Total	44.618	141.825

Os depósitos judiciais no montante de R\$61.050 em 31 de dezembro de 2023 (R\$64.548 em 31 de dezembro de 2022) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT. b) **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. c) **Provisão para investimento:** A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2022	130	49.081	30.730	63.340	30.860	112.421
Adições/Reversões	–	5.622	–	65.686	–	71.308
Utilizações	(51)	(53.683)	–	–	(51)	(53.683)
Ajuste a valor presente	–	–	2.026	4.218	2.026	7.223
Transferências	393	51.930	(393)	(51.930)	–	–
Saldo em 31/12/2023	472	55.955	32.363	81.314	32.835	137.269

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2021	272	56.840	26.534	52.424	26.806	109.264
Adições/Reversões	–	19.763	2.774	45.664	2.774	65.427
Utilizações	(142)	(69.163)	–	–	(142)	(69.163)
Ajuste a valor presente	–	–	1.422	6.893	1.422	6.893
Transferências	–	41.641	–	(41.641)	–	–
Saldo em 31/12/2022	130	49.081	30.730	63.340	30.860	112.421

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referentes às manutenções realizadas foram de R\$58.049 (R\$68.669 em 31 de dezembro de 2022).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – a) Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$3.369.220 (R\$1.748.496 em 31 de dezembro de 2022), composto por 3.126.258.713 (1.710.337.729 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$3.144.168 (R\$1.748.496 em 31 de dezembro de 2022). A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20/01/2023	20/01/2023	Dinheiro	846.808.511	796.000	47.000
22/02/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	30.000
27/03/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	98.000
25/05/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	83.000
20/06/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	74.948
20/07/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	105.000
25/09/2023	20/01/2023	Não Caixa	–	–	358.052
25/09/2023	25/09/2023	Não Caixa	569.112.473	466.672	466.672
17/11/2023	17/11/2023	Dinheiro	376.896.842	358.052	78.000
20/12/2023	20/12/2023	Dinheiro	–	–	55.000
			1.792.817.826	1.620.724	1.395.672

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos.

Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio: Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui o saldo de dividendos provisionados sob a forma de juros sobre o capital próprio no qual incide Imposta de Renda Retido na Fonte – IRRF, conforme segue:

Período	Aprovação	Pagamento	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
31/03/2023	31/03/2023	(*)	4.327	649	3.678
30/06/2023	30/06/2023	(*)	2.731	410	2.321
			7.058	1.059	5.999

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços prestados	735.401	596.053
Receita de serviços de construção	1.290.487	1.002.665
Outras receitas	5.865	13.179
Receita bruta	2.031.753	1.611.897
ISSQN	(36.779)	(29.812)
PIS	(4.814)	(3.951)
COFINS	(22.220)	(18.237)
Outras deduções	(614)	(1.331)
Receita líquida	1.967.326	1.558.566

21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Custos:		
Com pessoal	(36.802)	(34.247)
Serviços de terceiros	(27.003)	(24.976)
Conservação	(19.052)	(18.393)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.241)	(3.741)
Consumo	(6.552)	(7.646)
Transportes	(6.882)	(6.723)
Verba de fiscalização	(15.538)	(14.604)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(628)	(1.179)
Seguros/Garantias	(3.962)	(3.421)
Provisão de manutenção em rodovias	(71.308)	(65.427)
Custos de serviços da construção	(1.290.487)	(1.002.665)
Depreciação/Amortização	(187.047)	(163.123)
Outros	(776)	(618)
Total	(1.669.278)	(1.346.763)

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(19.844)	(18.161)
Serviços de terceiros	(4.129)	(4.229)
Manutenção de bens e conservação	(2.516)	(2.244)
Consumo	(1.471)	(1.946)
Transportes	(101)	(299)
Seguros/Garantias	(20)	(53)
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(15.591)	(8.050)
Comunicação e marketing	(713)	(595)
Indenizações a terceiros	(154)	(154)
Publicações legais	(259)	(252)
Depreciação/Amortização	(3.656)	(2.883)
Perda estimada de créditos liquid. Duvidosa – PECLD	(267)	–
Outros	(2.358)	(2.137)
Total	(51.079)	(41.003)

22. Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Está representado por:		
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	24.201	61.780
Créditos fiscais	387	137
Outras receitas	296	153
Total	24.884	62.070

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(110.313)	(148.155)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(11.283)	(10.157)
Outras despesas	(13.698)	(12.560)
Total	(135.294)	(170.872)

Variação cambial líquida:

	31/12/2023	31/12/2022
Variação cambial	(17)	(11)
Total	(17)	(11)

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$444.123, o montante de R\$333.810 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R\$443.639 e R\$295.484 em 31 de dezembro de 2022).

23. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições de intangível e infraestruturas em construção (a)	1.538.431	1.365.923
Total das adições de imobilizado (b)	1.820	3.610
Juros capitalizados – mútuos (a)	(135.353)	(116.859)
Juros capitalizados – debêntures (a)	(198.457)	(178.625)
	1.206.441	1.074.049

	31/12/2023	31/12/2022
Aquisição (adições)	(1.206.441)	(1.074.049)
Fornecedores	32.487	24.450
Obrigações fiscais	3.276	(13.557)
Contas a pagar – partes relacionadas	964	4.379
Cauções contratuais	16.685	(8.073)
Realização manutenção em rodovias	(53.683)	(69.163)
Provisão para investimentos em rodovias	(51)	2.632

Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestruturas em construção	31/12/2023	31/12/2022
	(1.206.763)	(1.133.381)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa imobilizado	(1.820)	(3.610)
Fluxo de caixa intangível	(1.204.943)	(1.129.771)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(1.206.763)	(1.133.381)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(322)	(59.332)

Outras transações que não envolveram caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Integralização de capital – mútuos	824.724	–
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	31.711	25.711
(a) Vide nota explicativa nº 11. (b) Vide nota explicativa nº 10.		

24. Lucro por Ação – O cálculo básico de prejuízo (lucro) por ação é feito por meio da divisão do prejuízo (lucro) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo (lucro) do exercício e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo (lucro) básico e diluído por ação.

	31/12/2023	31/12/2022
Básico/Diluído		
Prejuízo (lucro líquido) do exercício	(422.627)	3.988
Número de ações durante exercício		

Arteris

Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos

ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$382.645 e excedeu o ativo circulante em R\$254.899, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade obteve lucro e não apresentou capital de giro negativo. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	40.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	192.127

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de R\$85.232 e de R\$69.444, respectivamente.

Modalidade	Taxa de juros (*)	Fluxos de caixa contratuais		2 meses ou menos		2 a 12 meses		1 a 2 anos		2 a 4 anos		5 anos ou mais	
		Valor contábil	Total										
Arrendamento mercantil a pagar	10,97%	17.839	17.036	2.856	4.984	5.342	1.631	2.223					
Partes relacionadas	13,74%	979.190	1.092.382	–	–	–	1.092.382	–					
Debêntures – CDI	13,38%	252.553	314.992	17.820	16.690	34.502	113.151	132.829					
Debêntures – IPCA	10,81%	1.990.831	3.376.279	55.954	55.811	117.705	927.722	2.219.087					
Fornecedores e caução contratuais		173.744	173.744	173.744	–	–	–	–					
Fornecedores partes relacionadas		8.419	8.419	8.419	–	–	–	–					
Outras contas a pagar		17.750	17.750	17.750	–	–	–	–					
		3.440.326	5.000.602	276.543	77.485	157.549	2.134.886	2.354.139					

(*) Média ponderada efetiva % a.a.

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da

Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e

Diretoria

Alisson de Almeida Freire Diretor Presidente	Antonio Cesar Ribas Sass Diretor Superintendente	Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Andre Giavina Bianchi Diretor de Engenharia	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira Diretor Financeiro Diretor de Relações com Investidores
--	--	---	---	--

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barreto Garcia Conselheiro	Flávia Lúcia Mattioli Tâmega Conselheira	Roberto Paolini Conselheiro	Anderson Rossi Mosna CRC 1SP 257.150/O-7
---	--	---------------------------------------	--

Contador

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Litoral Sul S.A.

São José dos Pinhais-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 3 (ii) 4.7 e 11 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC's) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso das UGC's foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo líquido no montante de R\$ 316.620 mil. Os prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes

materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão:** Veja as notas explicativas 3(i), 4.1.2 e 11 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade reconheceu adições no montante de R\$1.391.027 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pela Sociedade, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia. - Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 27 de fevereiro de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthesen
Contador
CRC 1SP 293.539/O-8

Para visualizar a versão digital deste balanço, acesse o link: <https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/autopista-litoral-sul-s-a/>

TRIBUNA



Anuncie suas
atas e editais
aqui, ligue:

(41) 3515-8731
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90002/2024 – UASG 153019

Nº Processo: 23064.005071/2024-35. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de direito de uso de Software de acesso remoto, para o gerenciamento dos resíduos gerados na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Total de Itens Licitados: 1. Edital: Disponível a partir de 28/02/2024 no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/edital/153019-5-90002-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/03/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

Esta página faz parte
da edição impressa
produzida pelo jornal
Tribuna do Paraná



Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

Relatório da Administração – 2023

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul ("Planalto Sul" ou "Sociedade") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFPS, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Planalto Sul. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução: A Autopista Planalto Sul, uma das sete concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116, que liga a cidade de Curitiba-PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 2 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandrituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaipópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados. O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Destacques
Tráfego Pedagiado: Em 2023, o tráfego pedagiado totalizou 34,0 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 2,3% superior aos 33,3 milhões registrados em 2022.

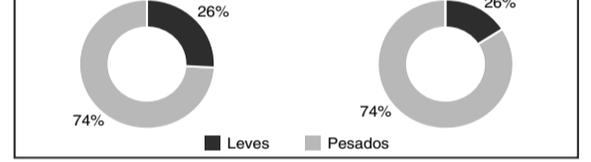
Receita de Pedágio: A receita de pedágio registrou R\$ 245,0 milhões em 2023, uma variação de 8,2% em relação à 2022, quando totalizou R\$ 226,5 milhões. Essa variação deve-se principalmente ao reajuste da tarifa e um leve crescimento no tráfego pedagiado.

Investimentos: O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2023 foi de R\$ 68,9 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 78,2 milhões realizados em 2022, perfazem o montante de R\$ 147,1 milhões executados nos últimos dois anos na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário.

Resultado Operacional
Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	8.883	9.458	-6,1%	34.026	33.254	2,3%

Em 2023, o tráfego pedagiado totalizou 34 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 2,3% superior aos 33 milhões registrados em 2022.



Tarifa Média
Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)

	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Tarifa Média	7,33	6,90	6,2%	7,21	6,81	5,8%

No ano de 2023, a tarifa média da Planalto Sul foi R\$ 7,21, um acréscimo de 5,8 em relação ao valor de R\$ 6,81 registrado em 2022. Em abril de 2023, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$ 6,90 para R\$ 7,30.

Ainda em 2023, no mês de dezembro, a concessionária registrou mais uma alteração tarifária, com a tarifa média passando de R\$ 7,30 para R\$ 7,90.

Resultado Financeiro
Receita Operacional

R\$ mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receita Bruta	80.191	82.928	-3,3%	308.845	288.039	7,2%
Receitas de pedágio	65.074	65.270	(0,3%)	244.998	226.487	8,2%
Receitas de Construção	14.810	17.428	(15,0%)	62.616	60.601	3,3%
Outras Receitas	307	230	33,5%	1.231	951	29,4%
Deduções	(5.680)	(5.778)	(1,7%)	(21.360)	(19.937)	21,7%
Receita Operacional Líquida	74.511	77.150	(3,4%)	287.485	268.102	6,3%

Receita de Pedágio: A receita de pedágio registrou R\$ 245 milhões em 2023, uma variação de 8,2% em relação à 2022, quando totalizou R\$ 226,5 milhões. Essa variação deve-se principalmente ao reajuste da tarifa e um leve crescimento no tráfego pedagiado.

Receitas de Construção: A receita de obras registrou R\$ 62,6 milhões em 2023, contra R\$ 60,6 milhões registrada em 2022, representando uma variação de 3,3%. Resultado da variação em função do cronograma de obras previsto no contrato de concessão.

Outras Receitas: As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 1,2 milhão em 2023, o que representa 0,4% da receita bruta. No ano de 2023, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 287,5 milhões, um aumento de 6,3% em relação ao ano de 2022.

Custos e Despesas

R\$ Mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	(39.931)	(39.928)	0,0%	(161.629)	(158.941)	1,7%

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$ 161,6 milhões em 2023, ante R\$ 158,9 milhões em 2022, aumento de 1,7%. A maior parte desta variação refere-se a revisão do cronograma de obras, o qual tem impacto direto com a provisão de manutenção.

EBITDA e EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Resultado Líquido	(22.360)	(6.079)	267,8%	(56.987)	(45.826)	24,4%
(+) Depreciação e Amortização	30.223	28.585	5,7%	118.210	107.784	9,7%
(+) Resultado Financeiro	17.498	17.554	(0,3%)	73.374	70.661	3,8%
(+) IR e CSLL	9.075	(3.007)	(401,8%)	(8.745)	(23.447)	(62,7%)
EBITDA ¹	34.436	37.053	-7,1%	125.852	109.172	15,3%
Margem EBITDA ²	57,7%	62,0%	-4,4 p.p.	56,0%	52,6%	3,4 p.p.
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	(5.611)	(6.584)	(14,8%)	(35.341)	(44.284)	(20,2%)
EBITDA Ajustado ³	28.825	30.469	(5,4%)	90.511	64.888	39,5%
Margem EBITDA Ajustada	48,3%	51,00%	-2,7 p.p.	40,3%	31,3%	9 p.p.

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhia; ² A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras; ³ Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício. O EBITDA Ajustado registrado em 2023 foi de R\$ 90,5 milhões, um acréscimo de 39,5% em relação ao valor registrado em 2022. A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro da Autopista Planalto Sul registrou, no ano de 2023, um valor negativo de 73,4 milhões, frente a um saldo negativo de 70,7 milhões em 2022, apresentando uma variação percentual de 3,8%.

Resultado Líquido: Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o prejuízo em 2023 totalizou R\$ 57,0 milhões, valor R\$ 11,2 milhões ou 24,4%, maior em relação aos R\$ 45,8 milhões apresentados ao final de 2022.

Endividamento

R\$ mil	4T23	4T22	Δ%
Dívida Bruta	203.247	291.150	-30,2%
Curto Prazo	107.241	95.579	12,2%
Longo Prazo	96.006	195.571	(50,9%)
Posição de Caixa	30.380	41.394	-26,6%
Caixa e equivalentes de caixa	15.121	26.245	(42,4%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	15.259	15.149	-
Dívida Líquida	172.867	249.756	-30,8%

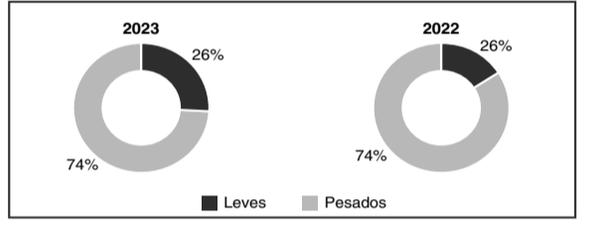
¹ Curto e Longo Prazo
 A Dívida Líquida registrada ao fim de 2023 pela Planalto Sul foi de R\$ 172,9 milhões, um decréscimo de 30,8% em relação ao valor registrado ao fim do ano anterior. Essa queda está em linha com as amortizações realizadas pela Companhia em seus contratos de financiamento junto ao BNDES. A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Investimentos Realizados

R\$ Mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	20.516	20.084	2,2%	94.871	104.599	-9,3%

O total dos investimentos realizados ao longo de 2023 foi de R\$ 94,9 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$104,6 milhões realizados em 2022, perfazem o montante de R\$ 199,5 milhões executados nos últimos dois anos na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. Durante o ano de 2023, foi concluída a recuperação pontos de recuperação localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SC).

Informações Adicionais Obrigatórias
Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Planalto Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em abril de 2023 a concessionária recebeu ofício com a 15ª Revisão Ordinária e Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 07 de abril de 2023, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$ 6,90 para R\$ 7,30. Em dezembro de 2023 a concessionária recebeu ofício com a 16ª Revisão Ordinária juntamente com 16ª e 17ª Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio, aprovando a tarifa de veículos de passeio de R\$ 7,30 para R\$ 7,90 a partir de 21 de dezembro de 2023 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2023, o tráfego pedagiado totalizou 34 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 3,03% superior aos 33 milhões registrados em 2022.



Investimentos: O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2023 foi de R\$ 94,9 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$104,6 milhões realizados em 2022, perfazem o montante de R\$ 199,5 milhões executados nos últimos dois anos na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. Durante o ano de 2023, foi concluída a recuperação pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SC).

R\$ Mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	20.516	20.084	2,2%	94.871	104.599	-9,3%

Captações de Recursos: Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R\$ 48,5 milhões, foram através de captação da 10ª e 11ª emissão de Debêntures Privadas.

Valor Adicionado: Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como prejuízo pela Concessionária foi de R\$ 57,6 milhões, representando 18,4% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 20% em relação a 2022, em que o valor adicionado foi de R\$ 47,9 milhões representando 16,4% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

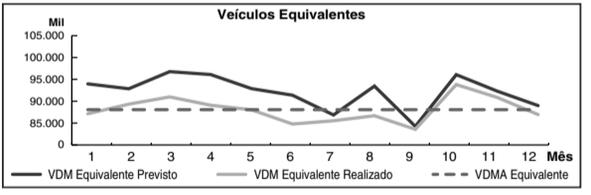
Política de Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Nos anos de 2023 e 2022 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios.

Planejamento Empresarial: O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total: Em 2023, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos: Em 2023, a Concessionária investiu R\$ 0,3 milhão em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Indicadores Operacionais
a) Caracterização do Tráfego: Volume: Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 – Fazenda Rio Grande	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P2 – Rio Negro	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P3 – Monte Castelo	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P4 – Santa Cecília	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P5 – Correia Pinto	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95

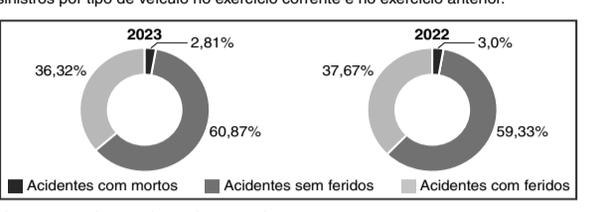
Concessionária em Números
Dados anuais e por empresa

	Nº	%
Quilômetros de rodovia	412,7	
Número de veículos que transitaram		
CAT-01	8.601.977	58,1%
CAT-02	1.143.661	7,7%
CAT-03	68.395	0,5%
CAT-04	1.148.504	7,8%
CAT-05	13.780	0,1%
CAT-06	1.028.683	6,9%
CAT-07	669.886	4,5%
CAT-08	1.840.318	12,4%
CAT-09	297.645	2,0%
TOTAL	14.812.849	100,0%

Número de praças de pedágios	Nome das praças de Pedágio
P1 – Fazenda Rio Grande	Fazenda Rio Grande
P2 – Rio Negro	Rio Negro
P3 – Monte Castelo	Monte Castelo
P4 – Santa Cecília	Santa Cecília
P5 – Correia Pinto	Correia Pinto

Mês	Média diária	%
Jan	91.967,55	8%
Fev	94.923,88	8%
Mar	97.147,03	9%
Abr	94.590,75	8%

b) Caracterização do Tráfego
Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



c) Dados de Operação da Concessão
Veículos Alocados: Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	5	1,21
Guincho Leve	8	1,94
Guincho Pesado	3	0,73
Ambulância Simples	9	2,18
UTI	2	0,48
Caminhão Operacional	2	0,48
Caminhão Pipa	2	0,48
Caminhão Boiadeiro	1	0,24
Balança Fixa	2	0,48
Total de veículos operacionais	34	8,24
Administração	30	7,27
Pedágio	1	0,24
Animal (carethinha)	2	0,48
Caminhão	1	0,24
Picape	3	0,73
Segurança de trabalho	2	0,48
Manutenção	4	0,97
Total de veículos de apoio	43	10,42
Total de veículos	77	18,66

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Cargo	Qtde	Qtde/100km
ANALISTA DE MANUTENCAO SR	1	0,11
ANALISTA DE SISTEMAS JR	1	0,11
AUXILIAR DE BALANCA	23	2,47
COORDENADOR DE OPERACAO	1	0,11
ENFERMEIRO	9	0,97
INSPECTOR DE TRÁFEGO	24	2,57
MÉDICO	17	1,82
OPERADOR CAMINHAO BOIADEIRO	4	0,43
OPERADOR DE BALANCA	7	0,75
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1	0,11
OPERADOR DE GUINCHO	37	3,97
OPERADOR DE GUINCHO MUNCK	7	0,75
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	14	1,50
OPERADOR DE PIPA	10	1,07
SOCORRISTA	132	14,16
SUPERVISOR DE OPERACOES	4	0,43
TECNICO DE MANUTENCAO I	4	0,43
TECNICO DE MANUTENCAO II	1	0,11
TECNICO DE SISTEMAS II	2	0,21
Total Tráfego	299	32,07
OPERADOR DE PEDAGIO	101	10,83
ASSISTENTE DE PEDAGIO	20	2,15
Total Arrecadação	121	12,98
Total	420	45,05

d) Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(369.404)	730.180
Prejuízo do exercício	-	-	-	(45.826)	(45.826)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(415.230)	684.354
Prejuízo do exercício	-	-	-	(56.987)	(56.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(472.217)	627.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa		Nota explicativa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo do exercício	(56.987)	(45.826)		
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	118.210	107.784		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(8.745)		(23.447)
Receita com aplicações financeiras vinculadas e variações monetárias sobre debêntures privadas	(1.862)	(1.780)		
Juros e variações monetárias de financiamentos	46.236	31.728		
Juros e variações monetárias de debêntures	12.053	16.340		
Despesas (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	14.534	19.563		
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	23	5.427	5.299	
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(4.511)	(12.930)		
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	403	2.247		
35.341	44.284			
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	5.118	(7.622)		
Contas a receber – partes relacionadas	-	701		
Despesas antecipadas	(402)	(399)		
Impostos a recuperar	918	89		
Outros créditos	(129)	(1.165)		
Depósitos judiciais	466	90		
Outras contas a receber	(261)	5		
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	(890)	(1.833)		
Fornecedores – partes relacionadas	294	(254)		
Cauções contratuais de fornecedores	(651)	302		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade” ou “Planalto Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça do Pedágio BR 116, km 204, bairro Roseira. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) ou “Poder Concedente”, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por uma mix de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a holding não financeira espanhola Participes em Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a holding brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 kms de duplicações de rodovia. • 48,3 kms de terceiras faixas. • 13,72 kms de vias laterais. • Construção de cinco trevos completos. • Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba-PR. • Construção de onze passarelas. • Construção de cinco praças de pedágio. • Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO’s. • Implantação ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o equilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2023 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$16.922 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. d) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. f) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$900.398 (R\$558.036 em 31 de dezembro de 2022) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$275.089 (R\$244.999 em 31 de dezembro de 2022) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem “Momento de reconhecimento do ativo intangível” da nota explicativa nº 3. **Termos de Ajuste de Conduta – TAC** com ANTT No dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$356.778 (trezentos e cinquenta e seis mil e setecentos e setenta e oito mil reais), que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na melhoria e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhoria no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. A medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão

refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. A Sociedade segue avaliando esse tema e, manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais estão descritas a seguir. (i) **Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) **Estimativas: Determinação das receitas de construção:** De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são reavaliadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do Exercício	(56.987)	(45.826)
Resultado Abrangente do Exercício	(56.987)	(45.826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa		Nota explicativa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Receita de serviços prestados	20	244.998	226.487	
Receita de serviços de construção	20	62.616	60.601	
Outras receitas		1.668	1.719	
Juros capitalizados	22	3.495	3.179	
		312.777	291.986	
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos serviços prestados		(25.582)	(26.501)	
Custo dos serviços de construção	21	(62.616)	(60.601)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(10.265)	(10.427)	
Custo da concessão		(6.518)	(6.014)	
Custos de provisão de manutenção em rodovias	21	(35.341)	(44.284)	
Outros		3.305	11.484	
		(137.017)	(136.343)	
Valor Adicionado Bruto		175.760	155.643	
Depreciações e Amortizações		(118.210)	(107.784)	
Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)		57.550	47.859	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Receitas financeiras	22	6.550	6.154	
Outros	22	(3)	11	
		6.547	6.165	
Valor Adicionado Total a Distribuir		64.097	54.024	
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta		18.806	17.615	
Benefícios		5.009	4.755	
FGTS		1.173	1.112	
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais (incluindo IOF)		756	(14.790)	
Estaduais		11	-	
Municipais		12.279	11.354	
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros		26.587	35.903	
Juros capitalizados BNDES		395	521	
Juros capitalizados debêntures		3.100	2.658	
Alugueis		154	170	
Outras		6.578	8.824	
Remuneração de capitais próprios:				
Juros		46.236	31.728	
Integralização de capital				
Prejuízo do exercício		(56.987)	(45.826)	
		64.097	54.024	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redução ao valor recuperável (Impairment): Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Políticas Contábeis Materiais – Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: A Sociedade adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 24) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. ii) Imposto mínimo complementar global: A Sociedade adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Sociedade opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações consolidadas contábeis da Sociedade. iii) Informação de políticas contábeis materiais: A Sociedade também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, ao invés de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 4 Políticas contábeis materiais (2022): Principais práticas contábeis em determinados casos, de acordo com as alterações. A Sociedade aplicou políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos

continua ...

arteris

Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Sociedade avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento. Portanto é, ou contém um arrendamento, quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária:** Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo:** A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes**

e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A Sociedade determinou que o imposto mínimo complementar global – que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois – é um imposto de renda no escopo do CPC 32. O Grupo aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para investimentos:** Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos tributários, civis, regulatórios e trabalhistas:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures e BNDES. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos conforme diretrizes de passivos financeiros, sendo seus custos de transações incorridos deduzidos do principal e suas atualizações de juros conforme taxas estipuladas em cada contrato de acordo com o mencionados em notas explicativas correlatas. As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo. **4.17 Capital Social:** O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.18 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 19. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 19. **4.19 Contas a receber:** As contas a receber de

clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20 Contas a pagar:** O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis. a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 12 e 13, a Sociedade tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Sociedade liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Sociedade está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40) As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. A Sociedade não espera que ocorra impactos significativos. c) Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e contas bancárias	2.802	4.533
Fundos de investimentos (a)	6.302	7.707
Total	9.104	12.240

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos (b)	6.017	14.005
Total	6.017	14.005

(a) Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,38% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (101,14% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2023	31/12/2022
	Não	Não
	Circulante	Circulante
	Circulante	Circulante
Pedágio eletrônico a receber	11.516	16.510
Cupons de pedágio a receber	137	268
Cartões de pedágio a receber	196	100
Receitas acessórias a receber (*)	650	692
Outras receitas a receber	1	48
Total	12.500	17.618

(*) Receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e linhas telefônicas. Cronograma de recebimento:

	31/12/2023	31/12/2022
	Não	Não
	Circulante	Circulante
	Circulante	Circulante
Créditos a vencer	12.500	17.618
Créditos vencidos até 60 dias	–	–
	12.500	17.618

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas estimadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) **Congilação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social:** A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(65.732)	(69.273)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	22.349	23.553
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(88)	(106)
Total	22.261	23.447
Impostos diferidos não constituídos	13.516	–
Imposto Contabilizado	8.745	23.447
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	8.745	23.447
	8.745	23.447
	(34%)	(34%)

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Saldos patrimoniais estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		
	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante		
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	630.191	571.773
Provisão de participação nos lucros	794	775
Riscos civis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.191	10.859
Outras provisões	403	508
Provisão para manutenção de rodovias	74.821	62.934
Ajuste dos encargos financeiros – (credores pela concessão)	1.684	1.141
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(33)	(29)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	712.117	648.027
Alíquota nominal	34%	34%
Total	242.120	220.329
	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias passivas		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	12.456	11.072
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(12.687)	(14.071)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(4.314)	(4.784)
Total do imposto de renda e contribuição social	237.806	215.545
Imposto de renda e contribuição social não constituído	13.516	–
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	224.290	215.545

continua ...

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal Tribuna do Paraná



Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*). b) Refere-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	58.418	77.432
Provisão de participação nos lucros	19	19
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(6.668)	(13.711)
Outras provisões	(109)	70
Provisão para manutenção de rodovias	11.887	3.173
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	–	(4)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	543	–
Arrendamentos	–	600
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	1.384	1.384
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	65.474	68.963
Alíquota nominal	34%	34%
Total	22.261	23.447
Impostos diferidos não constituídos	13.516	–
Total do imposto de renda e contribuição social	8.745	23.447

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos operacionais (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2022	10.242	2.732	256	12.637	19	939	26.825
Remensurações	202	104	36	976	4	144	1.466
Adições	–	–	–	–	13	–	13
Transferências/reclassificações	15	(157)	334	(332)	(19)	159	–
Baixas	–	–	–	(4)	–	–	(4)
Saldo em 31/12/2023	10.459	2.679	626	13.277	17	1.242	28.300
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(4.326)	(870)	(18)	(2.774)	(19)	(208)	(8.215)
Amortização	(2.326)	(899)	(194)	(6.818)	(9)	(95)	(10.341)
Transferências/reclassificações	5	(2)	(334)	329	17	(15)	–
Baixas	–	–	–	4	–	–	4
Saldo em 31/12/2023	(6.647)	(1.771)	(546)	(9.259)	(11)	(318)	(18.552)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2022	5.916	1.862	238	9.863	–	731	18.610
Saldo em 31/12/2023	3.812	908	80	4.018	6	924	9.748
Taxas de amortização – a.a.	22%	34%	31%	51%	53%	8%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos operacionais (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2021	9.760	2.809	420	274	19	98	13.380
Remensurações	482	(77)	257	–	–	841	1.503
Adições	–	–	–	12.636	–	–	12.636
Baixas	–	–	(421)	(273)	–	–	(694)
Saldo em 31/12/2022	10.242	2.732	256	12.637	19	939	26.825
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(2.276)	2	(289)	(292)	(19)	(121)	(2.995)
Amortização	(2.050)	(872)	(150)	(2.755)	–	(87)	(5.914)
Baixas	–	–	421	273	–	–	694
Saldo em 31/12/2022	(4.326)	(870)	(18)	(2.774)	(19)	(208)	(8.215)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2021	7.484	2.811	131	(18)	–	(23)	10.385
Saldo em 31/12/2022	5.916	1.862	238	9.863	–	731	18.610
Taxas de amortização – a.a.	20%	17%	27%	38%	100%	8%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia; (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar; (c) Refere-se a locação de veículos administrativos; (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias; (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras; (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

10. Imobilizado em Operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2022	538	1.263	1.090	1.105	1.283	73	5.352
Adições	–	119	710	21	–	–	850
Saldo em 31/12/2023	538	1.382	1.800	1.126	1.283	73	6.202
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(457)	(1.196)	(685)	(865)	(1.047)	(8)	(4.258)
Depreciação	(16)	(68)	(165)	(82)	(84)	–	(415)
Saldo em 31/12/2023	(473)	(1.264)	(850)	(947)	(1.131)	(8)	(4.673)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2022	81	67	405	240	236	65	1.094
Saldo em 31/12/2023	65	118	950	179	152	65	1.529
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2021	516	1.263	606	1.048	1.283	73	4.789
Adições	22	–	484	57	–	–	563
Saldo em 31/12/2022	538	1.263	1.090	1.105	1.283	73	5.352
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(439)	(1.046)	(597)	(782)	(958)	(8)	(3.830)
Depreciação	(18)	(150)	(88)	(83)	(89)	–	(428)
Saldo em 31/12/2022	(457)	(1.196)	(685)	(865)	(1.047)	(8)	(4.258)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2021	77	217	9	266	325	65	959
Saldo em 31/12/2022	81	67	405	240	236	65	1.094
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

11. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2022	1.709.670	3.778	–	1.713.448	36.874	1.750.322
Adições	45.486	933	3.266	49.685	17.767	67.452
Transferências/reclassificações	42.475	–	(2.859)	39.616	(39.616)	–
Saldo em 31/12/2023	1.797.631	4.711	407	1.802.749	15.025	1.817.774
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2022	(653.572)	(1.739)	–	(655.311)	–	(655.311)
Amortização	(106.562)	(892)	–	(107.454)	–	(107.454)
Saldo em 31/12/2023	(760.134)	(2.631)	–	(762.765)	–	(762.765)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2022	1.056.098	2.039	–	1.058.137	36.874	1.095.011
Saldo em 31/12/2023	1.037.497	2.080	407	1.039.984	15.025	1.055.009
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2021	1.647.818	2.814	–	1.650.632	34.948	1.685.580
Adições	49.476	964	–	50.440	14.302	64.742
Transferências/reclassificações	12.376	–	–	12.376	(12.376)	–
Saldo em 31/12/2022	1.709.670	3.778	–	1.713.448	36.874	1.750.322
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2021	(552.453)	(1.416)	–	(553.869)	–	(553.869)
Amortização	(101.119)	(323)	–	(101.442)	–	(101.442)
Saldo em 31/12/2022	(653.572)	(1.739)	–	(655.311)	–	(655.311)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2021	1.095.365	1.398	–	1.096.763	34.948	1.131.711
Saldo em 31/12/2022	1.056.098	2.039	–	1.058.137	36.874	1.095.011
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do exercício da concessão. (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento. (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade complementou o montante de R\$3.495 (R\$3.179 em 31 de dezembro de 2022) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2023 foi de 1,33% a.a. e em 2022 0,64% a.a., do total de juros provisionados no

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do ativo fiscal diferido. O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

8. Aplicações Financeiras Vinculadas – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações: BNDES: A Sociedade teve que depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permaneceu até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passou para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamento de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$15.259 (R\$15.149 em 31 de dezembro de 2022), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,4% a.a. (97,9% a.a. em 31 de dezembro de 2022) da variação do CDI.

(8,83% em 31 de dezembro de 2022). Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional. A Administração vem acompanhando as projeções com o realizado de 31 de dezembro de 2023 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisões de impairment.

12. Financiamentos – A composição dos financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade – Real (R\$), é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2023	31/12/2022
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	65.502	110.187
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	22.427	27.920
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	15.163	18.132
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	161	203
				103.253	156.442
			Custo de transação	(561)	(762)
			Total Geral	102.692	155.680
			Circulante	53.338	55.984
			Não circulante	49.354	99.696
			Total	102.692	155.680

Os saldos e movimentações dos financiamentos estão representados por:

Moeda nacional	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	56.185	100.257	156.442	52.338	152.220	204.558
Juros e variações monetárias provisionados	12.448	–	12.448	16.861	–	16.861
Amortização de principal	(54.566)	–	(54.566)	(49.839)	–	(49.839)
Pagamento de juros	(11.071)	–	(11.071)	(15.138)	–	(15.138)
Transferência	50.544	(50.544)	–	51.963	(51.963)	–
Saldo final	53.540	49.713	103.253	56.185	100.257	156.442
Custo de transação	(202)	(359)	(561)	(201)	(561)	(762)
Saldo final	53.338	49.354	102.692	55		

Arteris

Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por: 1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora. 2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora. 3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão. A escritura da 2ª emissão da Sociedade possui as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos, apresentando, portanto, os mesmos índices descritos na referida Nota Explicativa. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2023, o saldo no passivo circulante de R\$11.330 (R\$12.797 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$3.395 (R\$4.259 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Saldo inicial	9.177	10.418	19.595	2.967
Remensurações	1.530	(64)	1.466	–
Adições	13	–	13	5.862
Utilizações (*)	(11.535)	–	(11.535)	(6.823)
Ajuste a valor presente – AVP	1.737	–	1.737	1.508
Transferências	7.455	(7.455)	–	5.663
	8.377	2.899	11.276	9.177
				10.418
				19.595

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$7.601 (R\$5.879 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2025	1.085
2026	1.087
2027	95
2028	95
Após 2028	537
	2.899

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são respectivamente R\$190 e R\$877 para Pis e Cofins (R\$114 e R\$525 respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a taxa média é de 10,02% a.a. (9,18% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da sociedade excluídos os financiamentos do BNDES.

16. Transações com Partes Relacionadas – As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures para capital de giro. Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Passivo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (a)	2.126	1.832
Litoral Sul S.A. (d)	861	861
Passivos com partes relacionadas circulante	2.987	2.693
Total do passivo circulante	2.987	2.693
Passivo não circulante	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (b)	384.230	296.449
Empréstimos partes relacionadas não circulante	384.230	296.449
Total do passivo não circulante	384.230	296.449

Passivos Circulante e Não Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	296.449	296.449	168.581	168.581
Captações/Liberação	48.500	48.500	100.900	100.900
Juros provisionados	46.236	46.236	31.728	31.728
IR recuperar	(6.955)	(6.955)	(4.760)	(4.760)
Saldo final	384.230	384.230	296.449	296.449

Contas de Resultado:	31/12/2023	31/12/2022
Controladora		
Arteris S.A.	(46.236)	(7.698)
Outras partes relacionadas		
Régis Bittencourt S.A.	–	1
Autovias S.A.	–	(3.762)
Total	(46.236)	(11.459)

(a) Referem-se a raios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita das empresas do grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. (b) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrada com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade emitidas em 20 de maio de 2019, 05 de fevereiro de 2020, 20 de janeiro de 2022 e 20 de abril de 2022 respectivamente. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread*, respectivamente, de 1% ao ano com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2028.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20/05/2019	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	3.649	9.000	2.247
20/09/2019	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.500	1.313	3.500	781
21/10/2019	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	11.500	4.240	11.500	2.502
19/11/2019	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	3.267	9.000	1.912
20/12/2019	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	4.000	1.427	4.000	828
20/01/2020	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	13.000	4.575	13.000	2.636
20/03/2020	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	7.200	2.460	7.200	1.396
06/04/2020	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	679	2.000	384
20/04/2020	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	4.200	1.417	4.200	798
20/11/2020	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	8.500	2.677	8.500	1.448
07/12/2020	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	800	251	800	135
21/12/2020	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	10.000	3.121	10.000	1.679
20/01/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	6.200	1.919	6.200	1.027
22/02/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.100	620	3.100	506
22/02/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.900	951	1.900	331
22/03/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.200	388	1.200	206
05/04/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	643	2.000	340
20/04/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	1.915	6.000	1.009
20/05/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	2.360	7.500	1.232
07/06/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.100	343	1.100	178
21/06/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	7.850	2.432	7.850	1.256
05/07/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.300	399	1.300	205
20/07/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.150	654	2.150	334
05/08/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.400	399	1.400	202
20/08/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	2.116	7.500	1.063
06/09/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	558	2.000	278
20/09/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	7.600	2.103	7.600	1.041
05/10/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	273	1.000	134
20/10/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	1.622	6.000	788
22/11/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	1.315	5.000	624
06/12/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.500	389	1.500	182
20/12/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.500	383	3.500	177
20/12/2021	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.500	893	1.500	413
05/01/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.000	750	3.000	341
20/01/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	8.000	1.963	8.000	876
07/02/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	1.201	5.000	525
21/02/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	471	2.000	201
07/03/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.000	695	3.000	292
21/03/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	6.500	1.474	6.500	605
21/03/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.600	589	2.600	242
05/04/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.000	663	3.000	265
20/04/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	4.000	1.706	4.000	536
20/04/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	7.900	1.080	7.900	419
20/04/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	1.382	5.000	662
05/05/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.500	527	2.500	198
20/05/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	12.000	2.460	12.000	889
06/06/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.500	498	2.500	172
20/07/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	1.639	9.000	486

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
22/08/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	1.016	6.000	257
20/09/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.000	475	3.000	100
05/10/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	152	1.000	28
20/10/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	734	5.000	116
21/11/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	4.000	544	4.000	54
20/12/2022	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.500	436	3.500	13
05/01/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.100	248	–	–
06/03/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	4.500	438	–	–
20/03/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.300	212	–	–
05/04/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.000	258	–	–
20/04/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	162	–	–
22/05/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	4.600	325	–	–
05/06/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	131	–	–
20/06/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	4.000	243	–	–
20/07/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.500	174	–	–
21/08/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	78	–	–
20/09/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	147	–	–
05/10/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	22	–	–
20/10/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.900	35	–	–
20/10/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	3.600	66	–	–
06/11/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	29	–	–
17/11/2023	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	56	–	–
			309.400	74.830	260.900	35.549

(c) Juros com partes relacionadas referente às debêntures privadas. (d) Refere-se a reembolso de rateios da estrutura administrativa. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.499 (R\$1.190 em 31 de dezembro de 2022), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$127 (R\$136 em 31 de dezembro de 2022) relativos a diretoria da Sociedade e R\$1.372 (R\$1.054 em 31 de dezembro de 2022) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$302 para o ano de 2023 (R\$500 para o ano de 2022). Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$794 e R\$775. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. Provisões – a) **Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Cíveis	219	1.411	–	(1.419)	7	218
Trabalhistas	572	980	–	(1.140)	10	

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

		31/12/2023	31/12/2022
Básico/Diluído			
Prejuízo do exercício		(56.987)	(45.826)
Número de ações durante exercício		1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação		(0,0331)	(0,0266)
Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.			
25. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:			
		31/12/2023	31/12/2022
	Mensu- Nível	Con- tável	Con- tável
		Valor justo	Valor justo
Ativo			
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	9.104
Aplicação Financeira	Nível 2	1	6.017
Contas a receber clientes	Nível 2	2	12.500
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	15.259
Outros Créditos	Nível 2	2	1.834
		44.714	44.714
Passivo			
Financiamentos	Nível 2	2	102.692
Debêntures privada – partes relacionadas	Nível 2	2	384.230
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	2.987
Debêntures (a)	Nível 2	1	101.109
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	14.725
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	378
Outras contas a pagar	Nível 2	2	508
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	2	11.276
		623.383	623.383

	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases			
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
Indicadores				
CDI	8,90%	11,13%	13,35%	6,68%
Receita de aplicações financeiras	2.460	3.075	3.690	1.845
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(37.913)	(46.442)	(54.971)	(29.383)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(35.453)	(43.367)	(51.281)	(27.538)
TJLP	6,53%	8,16%	9,80%	4,90%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(7.663)	(9.044)	(10.425)	(6.281)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(7.663)	(9.044)	(10.425)	(6.281)
IPCA	3,90%	4,88%	5,85%	2,93%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(13.530)	(14.748)	(15.966)	(12.312)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(13.530)	(14.748)	(15.966)	(12.312)
Juros a incorrer líquido no resultado	(56.646)	(67.159)	(77.672)	(46.131)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 29 de dezembro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplências. Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$11.516 (R\$16.510 em 31 de dezembro de 2022) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., *Connectar* Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., *Move Mais Meios de Pagamentos Ltda*, *Companhia Brasileira de Soluções e Serviços* e *Greenpass* Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de

pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”. A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital
Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$56.987 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$45.826 em 31 de dezembro de 2022) e, nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$153.425 (R\$109.752 em 31 de dezembro de 2022). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (*)	Valor contábil	Total	Fluxos de caixa contratuais				
				3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático	10,92%	103.253	103.252	12.479	39.548	33.359	17.866	–
Arrendamento mercantil a pagar	10,02%	11.276	11.276	1.396	6.981	2.899	–	–
Debêntures – CDI	12,43%	384.230	384.230	–	–	–	384.230	–
Debêntures – IPCA	13,16%	101.109	101.109	–	54.180	46.929	–	–
Fornecedores e cauções contratuais		14.725	14.725	11.330	3.395	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas		2.987	2.987	2.987	–	–	–	–
Outras contas a pagar		508	508	508	–	–	–	–
		618.088	618.087	28.700	104.104	83.187	402.096	–

(*) Média ponderada efetiva % a.a. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$153.424 (R\$ 109.752 em 31 de dezembro de 2022)

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita Responsabilidade civil Garantia de execução do Contrato de Concessão	180.000 20.000 86.183

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$102.905 (R\$83.067 em 31 de dezembro de 2022).

29. Eventos Subsequentes – No dia 15 de janeiro de 2024 a Sociedade realizou a décima segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfrica. Foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures, em duas séries, sendo (i) 300.000 (trezentas mil) debêntures da primeira série; e (ii) 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures da segunda série, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). O valor total da emissão foi de R\$650.000. Os valores foram integralizados no dia 08 de fevereiro de 2024. As debêntures da primeira série serão atualizadas pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e remuneradas pela maior taxa entre 6,86% a.a. e a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ a ser apurada na data de conclusão do *bookbuilding* acrescido de 1% a.a. O vencimento será em setembro de 2031 com amortizações semestrais a partir em março de 2028. Os recursos captados serão aplicados nos investimentos a serem realizados em cumprimento ao contrato de concessão. As debêntures da segunda série não serão atualizadas monetariamente e incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro mais sobre taxa a ser definida pelo processo de *bookbuilding* limitada ao máximo de 2,55% a.a. O vencimento será em setembro de 2028 com amortizações semestrais a partir em setembro de 2025. Os recursos captados serão utilizados, na seguinte ordem de prioridade, para (i) liquidação antecipada dos Contratos Financeiros Existentes e de dívidas *intercompany* representadas por debêntures de emissão privada; e (ii) o atendimento de propósitos corporativos gerais, incluindo *liability* management pela Sociedade.

Diretoria			
Alisson de Almeida Freire Diretor Presidente	Antonio Cesar Ribas Sass Diretor Superintendente	Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Andre Giavina Bianchi Diretor de Engenharia
			Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira Diretor Financeiro Diretor de Relações com Investidores
Conselho de Administração			
Sergio Moniz Barretto Garcia Conselheiro	Flávia Lúcia Mattioli Tâmega Conselheira	Roberto Paolini Conselheiro	Anderson Rossi Mosna CRC 1SP 257.150/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro-PR
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão: Veja as notas explicativas 3.i 4.3.2 e 11 das demonstrações contábeis.
Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC’s) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A Administração da Socie-

dade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade.

continua ...

arteris

Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações

significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha

proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 27 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP 027.666/F

Gustavo de Souza Mathiesen

Contador CRC 1SP 293.539/O-8



Para visualizar a versão digital deste balanço, acesse o link: <https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/autopista-planalto-sul-s-a/>

República Federativa do Brasil
REGISTRO DE IMÓVEIS da 9ª CIRCUNSCRIÇÃO
ESTADO DO PARANÁ – COMARCA DE CURITIBA
Rua Voluntários da Pátria, 475 – Fone: 3233-6168
Ed ASA 5º Andar – Sala 505-A



OFICIAL TITULAR
Astrogildo Gobbo
CPF 002307909-68
SUBSTITUTAS
Vera Maria da C. Gobbo
Giorgia Ferreira da C. Gobbo de Oliveira

EDITAL

Dr. Astrogildo Gobbo, Oficial Titular do Nono Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba-PR, a pedido do(a) **TRUE SECURITIZADORA S/A**, atual credor(a) fiduciário(a) do Contrato de Financiamento Imobiliário com garantia de Alienação Fiduciária nº 0003084 CDI e 0003084, firmado na cidade de São Paulo - SP, em data de 29/06/2022, **registro sob nº 11 e 12, na matrícula nº 62.223**, desta Serventia Registral, **INTIMA, ALBERTO BETIOL DE ALMEIDA JUNIOR, inscrito no CPF/MF. nº 845.269.479-20**, para que no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da data da última publicação do presente edital, **compareça** na sede do 9º Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, com endereço na Rua Voluntários da Pátria nº 475, Conj. 505-A, Edifício Asa, Bairro Centro, Curitiba-PR, **ou diretamente perante ao credor(a) fiduciário(a)**, para efetuar o pagamento relativo as parcelas em atraso vencidas em datas de 25/11/2022 à 25/01/2024, sendo que o valor total devido, atualizado até a data de 06/02/2024, corresponde a **R\$ 62.058,44**, o qual está sujeito à atualização monetária e juros de mora até a data do efetivo pagamento, além das parcelas, despesas de cobrança e demais encargos que recaírem no período acima mencionado. O presente edital é publicado em atendimento ao contido no § 4º do Art. 26 da Lei Federal 9.514 de 20/11/1997 e será publicado três dias consecutivos, sendo que após a última

publicação e transcorrido o prazo acima, e não tendo o intimado efetuado o pagamento do saldo devedor, será promovido o registro da consolidação da propriedade e a consequente transferência do domínio em nome do(a) citado(a) credor(a), a requerimento da(o) mesma(o), conforme previsão no §7º do Artigo 26 da Lei Federal nº 9.514 de 20/11/1997. Curitiba, 21 de Fevereiro de 2024.

República Federativa do Brasil
REGISTRO DE IMÓVEIS da 9ª CIRCUNSCRIÇÃO
ESTADO DO PARANÁ – COMARCA DE CURITIBA
Rua Voluntários da Pátria, 475 – Fone: 3233-6168
Ed ASA 5º Andar – Sala 505-A



OFICIAL TITULAR
Astrogildo Gobbo
CPF 002307909-68
SUBSTITUTAS
Vera Maria da C. Gobbo
Giorgia Ferreira da C. Gobbo de Oliveira

EDITAL

Dr. Astrogildo Gobbo, Oficial Titular do Nono Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba-PR, a pedido da **COOPERATIVA DE CREDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO CAMPOS GERAIS – SICREDI CAMPOS GERAIS PR/SP**, credora da Cédula de Crédito Bancário nº C01831689-8, garantido por Alienação Fiduciária, firmado nesta cidade de Curitiba-PR, em data de 23/06/2020, **registrado sob nº 09, na matrícula nº 81.053**, desta Serventia Registral, **INTIMA, OLIVIO DURIGAN, inscrito no CPF/MF. nº 088.661.989-00**, para que no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da data da última publicação do presente edital, **compareça** na sede do 9º Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, com endereço na Rua Voluntários da Pátria nº 475, Conj. 505-A, Edifício Asa, Bairro Centro, Curitiba-PR, **ou diretamente perante a credora fiduciária**, para efetuar o pagamento relativo as parcelas em atraso vencidas em datas de 01/10/2023 à 01/02/2024, sendo que a dívida total para pagamento atualizada até 01/02/2024, corresponde a **R\$ 232.852,19**, o qual está sujeito à atualização monetária e juros de mora até a data do efetivo pagamento, além das parcelas, despesas de cobrança e demais encargos que recaírem no período acima mencionado. O presente edital é publicado em atendimento ao contido no § 4º do Art. 26 da Lei Federal 9.514 de 20/11/1997 e será publicado três dias consecutivos, sendo que após a última publicação e transcorrido o prazo acima, e não tendo o intimado efetuado o pagamento do saldo devedor, será promovido o registro da consolidação da propriedade e a consequente transferência do domínio em nome da citada credora, a requerimento da mesma, conforme previsão no §7º do Artigo 26 da Lei Federal nº 9.514 de 20/11/1997. Curitiba, 22 de Fevereiro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024

O Município de General Carneiro torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 15 de março do ano 2024, na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bl.org.br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Paraná, 149 Bairro Centro	Espaço de Lazer Central	308,70 m²	300 dias

A Pasta Técnica com inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de General Carneiro – Paraná e na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bl.org.br.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

General Carneiro/PR, 27 de fevereiro de 2024.
Suzana de Oliveira Machado
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação Nº **024/2024**
Concorrência Eletrônica Nº **001/2024**

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Comissão de Contratação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 1.213/2024, de 09 de Janeiro de 2.024, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **15 de março de 2024, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bl.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº **001/2024** na modalidade Concorrência Eletrônica.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bl.org.br e solicitações através do e-mail: licitacao@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Contratação de empresa da Construção Civil para realização de Obras de Construção de Espaço de Lazer Central.

General Carneiro - PR, 27 de fevereiro de 2024.
Suzana de Oliveira Machado
Agente de Contratação

TRIBUNA

QUER ANUNCIAR?

NO IMPRESSO E NO DIGITAL



(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731 publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

TBR280224 pdf

Código do documento 99a46caf-7625-4dee-bb5f-532000978fef



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

27 Feb 2024, 22:39:27

Documento 99a46caf-7625-4dee-bb5f-532000978fef **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-02-27T22:39:27-03:00

27 Feb 2024, 22:39:57

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-02-27T22:39:57-03:00

27 Feb 2024, 22:40:29

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Assinou Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.1.174 (bfb101ae.virtua.com.br porta: 2762).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE_ATOM: 2024-02-27T22:40:29-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6db0fcd447e97ce003e51f7f9957bb62ecd8f0228ae3ef0189979eef196e89a4
(SHA512):4beb63d0fa0da5d31f9358d9cfd43455cf0d282d1939b9cd43e1857085e74ebb262daeee7f6a11bb3d1f126546da3f965f389d1a4b37ecab937f4f4e3e67d9ee

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign